



O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS PARA CONHECER, ANALISAR, CONSCIENTIZAR, PREVENIR E COMBATER O BULLYING ESCOLAR

KIRLIANE MIRANDA DE LIMA OLIVEIRA; CAMILA BRUSCHI TONON

RESUMO

A intimidação sistemática nos ambientes escolares, conhecida como bullying, tem se intensificado ao longo dos anos. Além das formas tradicionais, sua manifestação no meio digital como o cyberbullying, tem impactado as interações virtuais. Além de ser considerado um problema global, no Brasil a gravidade é destacada pela posição preocupante em rankings mundiais, reforçando as demandas de mediação, intervenção e combate. Por isso, a pesquisa foi fundamentada na necessidade dessas demandas de abrangência ampla, assim como em nível local, com objetivo principal de criar um ambiente propício para desnaturalizar práticas do bullying e garantir uma boa convivência dos educandos de forma segura e saudável, viabilizando seu desenvolvimento socioemocional e consequentemente, seu sucesso escolar. O tipo de pesquisa adotada, pesquisa-ação participante (PAP), possibilitou não apenas compreender o problema, mas também promover mudanças concretas no ambiente escolar. O método qualitativo e participativo de sua abordagem, envolveu ciclos sucessivos de diagnóstico, planejamento colaborativo, execução das ações, reflexões coletivas, análise dos resultados e sugestão para solução do problema, assegurando o envolvimento ativo de todos dos estudantes. As atividades propostas foram divididas em cinco etapas com ferramentas integradas a metodologias ativas distintas em cada uma delas, a fim de engajar os participantes de forma colaborativa, promovendo protagonismo, aprendizado significativo, integrando teoria e prática. Além disso, facilita a análise de problemas e a aplicação de soluções concretas, valorizando o conhecimento coletivo, para transformações sociais efetivas. Fundamentado nessa experiência, ficou claro que temas como este deveriam ser abordados em todos os níveis da educação básica, pois contribuiria para a formação integral dos estudantes e possibilitaria a identificação e eliminação de outras questões problemáticas que a escola enfrenta diariamente. Esses desafios exigem uma abordagem contínua e integrada, que vá além de soluções imediatas, promovendo a construção de uma cultura da paz fundamentada no diálogo, na empatia e no respeito mútuo, fortalecendo a habilidade de convivência.

Palavras-chave: violência, escola, aluno, conhecimento, transformação.

1 INTRODUÇÃO

O início de todo ano letivo traz desafios, especialmente na adaptação dos alunos às rotinas, normas e convivência. Na escola pesquisada, com turmas do primeiro ano do ensino médio no estado do Espírito Santo, a situação não foi diferente. Inicialmente, houve resistência às normas da instituição e conflitos nas interações entre os alunos, resultando em desavenças, xingamentos, agressões físicas e psicológicas, além de, em casos isolados, ameaças, caracterizando bullying. Essas intercorrências exigiram intervenções pedagógicas coordenadas por toda a comunidade escolar, visando atender às particularidades de cada caso para criar um ambiente mais seguro e favorável ao aprendizado.

Diante disso, a presente pesquisa foi pensada para compreender as especificidades das causas para atuar na mediação e intervenção de conflitos. Em todas as escolas públicas do

estado, foi aplicada a autoavaliação socioemocional dos estudantes entre 08/02/2024 e 29/02/2024, mas seus resultados só foram divulgados no decorrer do processo da pesquisa. Após sua publicação foi constatado que o pilar "Saber Conviver" apresentou deficiências em todas questões aplicadas, como "habilidade não desenvolvida" pela maioria, evidenciando a necessidade de implementar ações para revertê-las, baseada em conhecimento sistematizado para analisar, refletir e buscar mudanças individuais e coletivas do ambiente escolar.

A aquisição do conhecimento sistemático possibilita a mudança de perspectiva, pois sem ele, a conscientização torna-se inviável, ou seja, só é consciente aquele que possui capacidade de questionar o senso comum, provido de saberes cientificamente comprovados. De acordo com Paulo Freire (1979), "a conscientização resulta na desmitologização", pois quando o educando adquire conhecimento sistematizado, específico, histórico e sociológico, ele rompe com a naturalização do problema e desenvolve uma consciência crítica, capaz de tomar medidas para transformar sua realidade, desenvolvendo sua formação integral e protagonismo.

Por sua vez, a formação integral está alinhada aos quatro pilares da educação criado por Jacques Lucien Jean Delors (1998), com destaque para o pilar "saber conviver", que serve como alicerce fundamental do presente estudo. O autor destaca a necessidade de "Aprender a Conviver, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências[...]" (Delors et al., 1998, p. 31). Essa perspectiva tem servido como base para diversos documentos que norteiam a educação brasileira e para fundamentação teórica da pesquisa.

Um outro norteamento relevante para fundamentar a pesquisa, direcionado especialmente ao público do ensino médio, são dois documentos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que passou por alterações em 2017, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018. Esses documentos são previstos na Constituição Federal e trazem novas perspectivas para a educação contemporânea. A LDB 9394/96 destaca que "os currículos do ensino médio devem considerar a formação integral do aluno, visando à construção do seu projeto de vida e à sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais" (BRASIL, 2017).

A BNCC enfatiza ainda a educação integral, baseada em 10 competências específicas que devem ser desenvolvidas ao longo da vida acadêmica dos estudantes. Competência é definida como "a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (BRASIL, 2018). A pesquisa também encontra suporte, de maneira singular, na competência 9, a qual propõe "exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza" (BRASIL, 2018).

De modo específico, outro instrumento a considerar é o Planejamento Estratégico formulado pela Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo – SEDU (2023 – 2026), que está em conformidade com âmbito das metas anteriores, quando na previsão dos objetivos enfatiza "fortalecer a educação integral possibilitando o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, emocional, social, física, cultural e política, promovendo a cultura da paz" (ESPÍRITO SANTO, 2023).

Para maiores esclarecimentos ao tema a Lei 13.185/2015, possibilitou conhecer as classificações do bullying e orientações para monitoramento e intervenção dos casos, considerando bullying o "ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas" (BRASIL, 2015). Tais ações visam "intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas" (BRASIL, 2015). As

classificações são de acordo com a natureza de cada ato, e, portanto, as divide em oito categorias distintas: verbal, social, psicológica, material, sexual, física, moral e virtual. Segundo o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023), dentre as ocorrências mais habituais nas escolas, estão a violência física, verbal e atitudes pejorativas como as de maior incidência.

Outra referência normativa é a Lei 13.277/2016, criada após massacre ocorrido na escola em Realengo (RJ), que em seu art.1º estabelece “É instituído o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, a ser celebrado, anualmente, no dia 7 de abril” (BRASIL, 2016), atribuindo às escolas ações estratégicas para a cultura da paz, sua conscientização, prevenção e intervenção, a fim de evitar e combater a violência no ambiente escolar. Destaca-se também que no corrente ano, foi aprovada a Lei 14.811/2024, que inclui o Artigo 146-A, que alterou o código penal brasileiro, criminalizando a prática de bullying (Intimidação sistemática) e o cyberbullying (Intimidação sistemática virtual), a fim de reduzir a recorrência dos casos, protegendo crianças e adolescentes da violência sistemática, que ocorre principalmente no ambiente escolar, como também no meio virtual. A lei prevê pena que vai de multa e reclusão, e pode variar de dois a quatro anos, conforme o ato cometido, além de promover uma conscientização de âmbito social para as consequências na vida desses jovens.

Dessa forma, a escolha do tema foi motivada pela observação de um aumento significativo do bullying escolar nos últimos anos a nível global, como na própria escola que a pesquisa foi implementada. Os distintos perfis evidenciaram a necessidade de uma intervenção, enfatizando o processo do saber conviver, que corresponde um dos pilares da educação. Por isso, teve como objetivo principal criar um ambiente favorável para desnaturalizar o senso comum de suas práticas e garantir uma boa convivência dos educandos de forma segura e saudável, viabilizando seu desenvolvimento socioemocional e consequentemente, seu sucesso escolar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A Pesquisa-Ação Participante, possibilitou o engajamento do público alvo para apreender o problema, obter conhecimento e compreensão, adotar uma nova postura, romper com sua naturalização, sugerindo transformação da realidade. Além disso, pode “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas” (Le Boterf, 1984, p. 52). A participação ativa e colaborativa de todo processo permite uma troca significativa de conhecimentos e experiências, mudando perspectiva e abrindo caminhos para abordagens mais críticas e transformadoras.

Da mesma forma, “uma pesquisa que é também uma pedagogia que entrelaça atores autores e que é um aprendizado no qual, mesmo quando haja diferenças essenciais de saberes, todos aprendem uns com os outros e através dos outros”, conceitua Brandão e Steck (2006, p. 13), ou seja, quando abordada como uma prática pedagógica, se torna um espaço de aprendizagem compartilhada, onde diferentes indivíduos contribuem e se beneficiam do saber coletivo, independentemente das diferenças entre os saberes de cada um. Com abordagem qualitativa e participativa, sua condução envolveu ciclos sucessivos de diagnóstico, planejamento colaborativo, execução das ações, reflexões coletivas, análise dos resultados e sugestão para solução do problema, assegurando o envolvimento ativo de todos os estudantes. Segundo Minayo (2001), a “abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas”, ou seja, é capaz de investigar o contexto, as razões e as emoções das pessoas, com o objetivo de compreender as razões e os processos que explicam como os eventos ocorrem em suas realidades. Relacionado a temática do bullying escolar, esse processo tenta compreender os sentimentos dos alunos envolvidos, como eles percebem o problema, o impacto das suas ações, e as dinâmicas sociais que influenciam esse comportamento.

O ciclo de atividades foi dividido em cinco etapas com ferramentas integradas a metodologias ativas distintas em cada uma delas, a fim de engajar os participantes de forma colaborativa, promovendo protagonismo, aprendizado significativo, integrando teoria e prática, “um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações” (Minayo, 2001, p.8). Dessa forma, o ciclo contínuo também estimula a adaptação e a inovação, já que cada etapa gera novas interrogações que direcionam o progresso do trabalho, permitindo ajustes constantes e a criação de soluções mais eficazes e criativas ao longo do processo.

Na primeira etapa, foi aplicada a metodologia ativa aprendizagem baseada em problemas, a partir da problematização dos conflitos entre pares no início do ano letivo, que foram identificados como bullying, seguido de rankings mundiais e estaduais, com ênfase no Espírito Santo. De forma colaborativa foram incentivados a citarem o tipo de bullying mais recorrente, suas causas e consequências. As opiniões foram registradas no quadro, dentre eles o incentivo dos pais à prática, a falta de mediação correta dos professores e equipe gestora e desacreditar em impacto ao outro, alegando ser recíproco. Foi destacado a importância da investigação para confirmar ou refutar tais hipóteses.

Em um segundo momento, foi orientada e solicitada uma atividade extraclasse com a metodologia ensino híbrido, correspondente a etapa de pesquisa bibliográfica do método científico, sobre as leis importantes que regulamentam e punem os casos, utilizando as referências da fonte pesquisada como técnica de estudo. A primeira foi a Lei 13.185/2015, que define, classifica e orienta a comunidade escolar para o combate ao bullying e a outra foi a Lei 14.811/2024, Art. 146-A que altera o código penal brasileiro, criminalizando o bullying e o cyberbullying, ambas fundamentais para o conhecimento de sua gravidade. Posteriormente, vídeos sobre a lei, tipificação do bullying e reportagens para contextualizar o que foi apresentado, serviram de base para reflexões coletivas de classificação, causas, consequências e intervenções na escola do que foi exibido.

Na terceira etapa, ainda na fase de pesquisa, foi solicitada a leitura prévia disponibilizada virtualmente, sob a metodologia de sala invertida, da resenha do livro “Geração do Quarto”, do autor Hugo Monteiro Ferreira, que aborda jovens com pouca socialização, ausência ou não interação com os pais e a violência simbólica na família, relacionando tais fatores a prática do bullying. O autor destaca ainda o papel da família e da escola na prevenção. O texto foi projetado no data show e lido oralmente por parágrafos, estimulando uma discussão sobre as causas, consequências e intervenções sugeridas pelo autor, além de como esses fatores influenciam a manifestação do bullying.

Na penúltima fase, com propósito de levantamento de dados no contexto escolar a metodologia cultura maker, foi desenvolvida para os alunos participarem de uma entrevista com questões semi-estruturadas que foram respondidas no google formulário, para facilitar a compilação dos dados em planilha e sua interpretação qualitativa, visando maior quantidade de entrevistados em tempo flexível, prevendo imprevistos comuns a este tipo de meio. Os participantes também foram convidados a atuarem como entrevistadores de outros níveis e modalidades de ensino no contexto escolar a fim de analisar a percepção de toda clientela. Foi enviado QR Code (que foi impresso e fixado no mural das salas) e link enviado no grupo de whatsapp. A estratégia visou maior participação do aluno no processo da problemática e promoveu maior interação entre pares. O teor da entrevista estava baseado em questões básicas sobre sua percepção ao bullying, a dinâmica da violência e aspectos socioemocionais, ficando a última questão aberta, que se comprometeu ao anonimato pelo pesquisador e acesso restrito a ele, possibilitou apontamentos, denúncias, depoimentos, dentre outras necessidades do entrevistado em contribuir com informações sobre a temática, a fim de repensar em ações para intervir. Embora seja uma questão aberta e confidencial, os dados apurados nas respostas abertas foram compilados em mapas mentais, com palavras-chaves e sem identificação.

Na etapa final, na fase da conclusão e culminância, os resultados da entrevista foram exibidos no data show, enfatizado as respostas comuns dos entrevistados, exceto a última que prometeu o anonimato, mas foi analisada em forma de mapa mental com palavras chaves. Durante a exposição dos dados, análises e reflexões foram feitas de forma colaborativa sobre suas opiniões diante dos resultados promovidos por novas questões observadas na condução. Mediante ao resultado e reflexões coletivas, foi aplicada a metodologia “tempestade de ideias”, através do aplicativo Mentimeter, na qual os alunos tiveram que fazer a leitura do QR Code para responder duas perguntas: sobre o local de mais recorrência, para fins de mapeamento escolar, seguida de sugestão de proposta de intervenção, que foi analisada a partir do maior número de indicação. Um mural foi exposto com o resultado da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira etapa, por meio de participação colaborativa, identificou-se que o bullying envolvia principalmente agressões verbais, como xingamentos e apelidos, e físicas, como empurrões e socos, alinhando-se aos dados do UNICEF de 2023. Também foi citado que, em escolas anteriores, o bullying era minimizado ou naturalizado, sem intervenção adequada. Relatos indicaram uma escola municipal que normatizava os casos e culpava injustamente uma das partes. Esses fatores evidenciam a falta de formação contínua dos profissionais para lidar com conflitos, o que pode gerar danos e traumas duradouros.

Na segunda fase a pesquisa sobre as leis que classificam e criminalizam o bullying, foi constatado o desconhecimento total pelos alunos. Além disso, a partir do vídeo que descreveu o agressor como alguém que precisa de ajuda, alguns alunos reagiram com ideia violenta para intervenção. Foi necessária intervenção a revisar as aulas anteriores para esclarecer as características do agressor, assim como o teor das reportagens. Nessa etapa, confirmou o resultado da avaliação socioemocional que necessita de desenvolvimento da habilidade “Saber Conviver” elaborado por Delors (1998).

Na terceira etapa, os alunos surpreenderam ao se interessar pela leitura oral da resenha crítica do livro, superando expectativas. Muitos se identificaram com a "geração do quarto" e entenderam que tanto agressores quanto vítimas precisam de apoio socioemocional. Alguns reconheceram casos de violência simbólica, desconhecendo sua classificação. A atividade integrou outras áreas do conhecimento, como tipos de argumentação, efeitos do vício em tecnologia, ansiedade, depressão, ideia suicida e falta de sono. As hipóteses sobre as causas e consequências do bullying, sugeridas na primeira etapa, foram confirmadas nas aulas dialogadas e na leitura da resenha, que abordou a ausência dos pais, a falta de intervenção escolar e a não problematização do tema, como causas para a persistência do bullying. As consequências citadas foram confirmadas na entrevista que possibilitou complementar as questões.

Na penúltima etapa, a entrevista na qual “o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (Severino, 2016, p.133), teve suas questões semiestruturadas, para possibilitar a flexibilidade e informações que podem complementar o processo interpretativo e qualitativo na coleta dos dados. O meio utilizado para as respostas permitiu alcançar um número maior de entrevistados em tempo hábil. O anonimato da última resposta possibilitou denúncias, desabafos e a identificação dos atos de bullying, além de uma análise sobre sua manifestação em outras turmas. Os resultados foram encaminhados à equipe gestora para investigação. As questões do formulário de entrevistas, compilados em dados, trouxeram importantes reflexões sobre o bullying no ambiente escolar. Quando questionados se acreditavam que o bullying é praticado na escola, 96% dos entrevistados confirmaram, um dado alarmante para o contexto escolar. Sobre a ocorrência de bullying no grupo de WhatsApp da sala, 74% revelaram a não ocorrência, um dado positivo considerando que o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em recorrência de bullying, segundo o Instituto de Pesquisa de

Mercado e Opinião IPSOS (2018). Ao serem indagados sobre os tipos de bullying já sofridos (verbal, físico, psicológico, virtual, sexual, moral, social e material), 40% apontaram o verbal como o mais recorrente, seguido pelo social e físico, dados que corroboram as estatísticas nacionais divulgadas pelo UNICEF (2023). Quando perguntados sobre os tipos de bullying que já praticaram ou participaram, muitos demonstraram não reconhecer como agressores. Para mediar esse entendimento, foi exibida uma reportagem sobre a morte de um estudante em São Paulo, vítima de violência filmada por colegas que não interviram. No que se refere à interação e convivência com a família, 60% avaliaram positivamente, enquanto o restante apontou convivência entre péssima e regular, um dado preocupante discutido no processo dialógico. Sobre a saúde mental, mais da metade dos entrevistados relataram avaliações negativas, o que demandou atenção e ações específicas para promover apoio e melhorias nesse aspecto. Por fim, a última questão permitiu que os alunos compartilhassem relatos e desabafos. Muitos se identificaram como vítimas de xingamentos, ofensas, racismo e preconceito relacionados à aparência, evidenciando impactos como baixa autoestima. Esses relatos foram encaminhados à equipe gestora da escola para investigação e suporte psicológico, reforçando a necessidade de ações preventivas e interventivas no ambiente escolar.

Mediante os resultados, a metodologia “tempestade de ideias” foi proposta para mapear o local de recorrência e a sala de aula foi a mais citada. Já na intervenção, as palavras mais citadas foram: “conselho tutelar, responsáveis, palestras e polícia”, que foi complementada sobre os papéis e possíveis ações. Também houve resposta de incitação violência física, o que levou a retomada da abordagem das leis e consequências individual e coletiva.

4 CONCLUSÃO

Ao longo dos trimestres, houve ampla participação dos estudantes, com conflitos relacionados a xingamentos, agressões e intimidações sendo identificados e denunciados. A parceria com a equipe gestora e outras instituições, por meio de intervenções pedagógicas, contribuiu para um ambiente mais tranquilo e uma reação positiva contra a aceitação e naturalização do bullying e cyberbullying. Foi constatado que a naturalização inicial desses comportamentos derivava de práticas anteriores, que não sofreram mediação ou intervenção pedagógica e foram reproduzidas no processo de socialização.

As denúncias, especialmente de cyberbullying, levaram a medidas mais incisivas pela equipe gestora. A pesquisa demonstrou potencialidade para ser aplicada em todos os níveis de ensino, ajustando metodologias às especificidades, mas requer continuidade para uma formação integral efetiva e na formação do ‘Saber Conviver’. Por isso, a formação continuada dos docentes é fundamental para consolidar essas iniciativas e objeto de pesquisa futura.

Portanto, o tema deve ser introduzido a partir da infância para que, no ensino médio, outras propostas, como debates sobre Direitos Humanos, discurso de ódio, relações étnico raciais, cultura da paz e promoção da equidade, possam ser desenvolvidas. É fundamental ampliar as discussões sobre relações humanas, ultrapassando a simples obrigatoriedade das leis. A continuidade dessas ações busca fomentar um ambiente escolar mais saudável, seguro e voltado à interação positiva entre os estudantes, promovendo a cultura da paz e respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Lei 13185/2015, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em 15 de

fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 de fev. 2024.

BRASIL. Agência Senado Federal. Conheça os tipos de bullying que devem ser evitados na escola. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2017/04/conheca-os-tipos-de-bullying-que-devem-ser-evitados-na-escola>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

BRANDÃO, C. R., & STRECK, D. (2006). Pesquisa participante: a partilha do saber: Uma introdução. In C. R. Brandão, D. Streck (Orgs.). Pesquisa participante: a partilha do saber (pp. 7-20). Aparecida, [Links] SP: Ideias e Letras.

DELORS, JACQUES. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>. Acesso em: 05 de mar. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Educação Do Espírito Santo. Diretrizes Pedagógicas. SEDU/ES, 2023. Disponível em: https://educacao.sedu.es.gov.br/Media/EducacaoSedu/Arquivos/DIRETRIZES%20PEDAG%3%93GICAS%202023_FINAL_03.pdf. Acesso em: 05 de abr. 2024.

FREIRE, PAULO. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LE BOTERF, G. (1984). Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In C. R. Brandão (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, SP: Brasiliense.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RIBEIRO, LUCIMERI M. MACHADO. Metodologias ativas: fazer para aprender, aprender para refletir, refletir para criticar, criticar para mudar, mudar para transformar, transformar em seres humanos mais humanos. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/564246>. Acesso em 10 de fev. 2024. UNICEF. Bullying e violência escolar: suas consequências e como combatê-las. UNICEF Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/bullying-e-violencia-escolar>. Acesso em: 15 set. 2024.

UNICEF. Bullying e violência escolar: suas consequências e como combatê-las. UNICEF Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/bullying-e-violencia-escolar>. Acesso em: 15 set. 2024.